cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.04.18 06:45:01 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 18 de abril de 2023 • Nº 1542 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

IBC-Br

Atividade econômica fica estável em janeiro

A atividade econômica brasileira ficou praticamente estável em janeiro deste ano, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou variação negativa de 0,04% em janeiro em relação a dezembro de 2022, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período). O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o órgão a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária –, além do volume de impostos. Desde agosto do ano passado, o IBC-Br vinha caindo. Em dezembro, houve alta e, agora, estabilidade. Os resultados estão em linha com a decisão do BC de manutenção da Selic. PÁGINA 2

Teto de gastos

Arcabouço fiscal deve ser entregue hoje ao Congresso

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve entregar ao Congresso Nacional hoje a proposta de arcabouço fiscal para substituir a regra do teto dos gastos. Ministros da área política e econômica mostraram alinhamento no discurso a respeito da data. Antes do envio, a equipe econômica avaliou uma alteração no texto final do arcabouço. Com o objetivo de mostrar desde o início maior compromisso com os parâmetros da nova regra fiscal, o time envolvido na elaboração do projeto decidiu colocar tanto os conceitos do marco quanto os valores utilizados para os próximos quatro anos na versão final da lei complementar. O texto deixa a possibilidade de mudança dos parâmetros por meio de lei ordinária a partir do próximo governo. A princípio, a ideia era definir os conceitos do arcabouço em lei complementar e os parâmetros em lei ordinária. PÁGINA 2

Receita

Tributação de importados não será revertida, diz Barreirinhas

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não vai voltar atrás na decisão de fechar o cerco a empresas estrangeiras que se utilizam de brecha na legislação brasileira para vender produtos importados sem pagar imposto. O governo prevê colocar fim à isenção de imposto para remessas internacionais de até US$ 50 (cerca de R$ 250) feitas entre pessoas físicas. A regra, segundo o Ministério da Fazenda, tem sido usada de forma fraudulenta por varejistas internacionais. Estão na mira sobretudo as plataformas asiáticas, como Shein, Shopee, AliExpress. "Não vamos voltar atrás porque a lei é muito clara. Há uma tributação hoje e ela não está sendo efetivada. PÁGINA 2

Habeas corpus

LULA MARQUES/ABRASIL

Por caluniar Gilmar, PGR pede condenação e prisão de Moro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou denúncia contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) (**foto**) ao Supremo Tribunal Federal por calúnia que ele teria cometido contra o ministro da Corte Gilmar Mendes. Em um vídeo o ex-juiz aparece dizendo a interlocutores sobre "comprar um habeas corpus de Gilmar Mendes". A vice-PGR Lindôra Araújo pede que Moro seja condenado à prisão e que, se a pena for superior a 4 anos, ele perca o mandato. "Ao atribuir falsamente a prática do crime de corrupção passiva ao ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, o denunciado Sergio Fernando Moro agiu com a nítida intenção de macular a imagem e a honra objetiva do ofendido". PÁGINA 5

Terror em Brasília

PGR defende soltura de Torres, preso após atos de 8 de janeiro

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

A PGR (Procuradoria-Geral da República) defendeu ontem a revogação da prisão preventiva do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres (**foto**). Em manifestação enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal), a PGR condicionou o relaxamento da prisão ao uso de tornozeleira eletrônica, à proibição de Torres de se ausentar do DF e de se comunicar com outros investigados, além da manutenção do afastamento do cargo de delegado de Polícia Federal. O ex-secretário está preso há três meses por determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator no tribunal da apuração sobre os atos golpistas de 8 de janeiro. Ex-ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PL), Torres é uma das autoridades investigadas por suposta omissão nos ataques às sedes dos três Poderes. PÁGINA 5

Governo Tarcísio

Deputado vai ao TCE contra contrato sem licitação em SP

O deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL) pediu que o TCE (Tribunal de Contas do Estado) apure o contrato do Governo de São Paulo com a inexigibilidade de licitação com a International Finance Corporation (IFC), agência vinculada ao Banco Mundial. O governo irá pagar R$ 71.291.893,17, em acordo com validade por dois anos e possibilidade de ser renovado por igual período, e a empresa fará uma consultoria na privatização de linhas de trens da CPTM. A IFC também realiza uma consultoria para privatização da Sabesp. A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) não informou qual o valor do contrato para o projeto Sabesp. PÁGINA 6

INDICADORES

IBOVESPA: -0,25% / 106.015,67 / -263,70 / Volume: R$ 19.825.256.038 / Negócios: 3.225.558

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
LOCAWEB ON NM	5.64	+4.44	+0.24
JBS ON NM	17.04	+2.71	+0.45
RAIZEN PN N2	3.120	+2.63	+0.080
LOJAS RENNERON NM	16.74	+2.70	+0.44
PETZ ON NM	5.98	+2.40	+0.14

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
3R PETROLEUMON ATZ NM	27.710	–15.70	–5.160
ELETROBRAS ON N1	33.64	–3.75	–1.31
HAPVIDA ON NM	2.54	–2.31	–0.06
ELETROBRAS PNB N1	37.45	–3.30	–1.28
ULTRAPAR ON NM	14.46	–2.36	–0.35

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	77.87	–1.19	–0.94
PETROBRAS PN N2	26.71	+1.56	+0.41
3R PETROLEUMON ATZ NM	27.710	–15.70	–5.160
ELETROBRAS ON N1	33.64	–3.75	–1.31
BRASIL ON NM	43.53	+0.23	+0.10

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.987,18	+0,30
NASDAQ Composite	12.157,723	+0,28
Euro STOXX 50	4.369	-0,37
CAC 40	7.532,83	+0,18
FTSE 100	7.879,51	+0,10
DAX 30	15.789,53	-0,11

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	0,05% (mar.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 3,7053	IPCA	0,71% (mar.)	Compra: 5,4384	Venda: 5,6184
Taxa Selic		CDI		DÓLAR Ptax - BC	
(22/03)	13,75%	0,51	até o dia 17/abr.	Compra: 4,9415	Venda: 4,9421
Poupança 3		OURO		DÓLAR comercial	
(18/4)	0,58%	BM&F/grama	R$ 312,00	Compra: 4,9356	Venda: 4,9362
TR (prefixada)		EURO Comercial		DÓLAR turismo	
(04/2023)	0,0821%	Compra: 5,3946	Venda: 5,3952	Compra: 4,9413	Venda: 5,1213

Economia

MERCADOS

Bolsa fecha em baixa de 0,25%; dólar sobe, mas segue abaixo de R$ 5,00

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em baixa, enquanto o dólar subiu ante o real ontem. Em um dia sem muitos indicadores relevantes aqui e nos Estados Unidos, os investidores ficam em compasso de espera por novidades sobre o novo arcabouço fiscal, ou sinalizações sobre os juros.

O Ibovespa (Índice Bovespa) fechou em baixa de 0,25%, a 106.015 pontos. O dólar comercial à vista encerrou o dia com alta de 0,4%, a R$ 4,936.

Nos mercados futuros, os juros ficaram próximos da estabilidade. Os contratos com vencimento em janeiro de 2024 passaram de 13,19% do fechamento da última sexta-feira para 13,21%. Para janeiro de 2025, a taxa subiu de 11,88% para 11,89%. No vencimento em janeiro de 2027, os juros caíram de 11,74% para 11,73%.

Em Nova York, o índice Dow Jones fechou em alta de 0,3%, enquanto o S&P 500 subiu 0,33%. O Nasdaq encerrou o dia com avanço de 0,28%.

Ainda no exterior, as ações da Airbus subiram 1,47%, e da Air France avançaram 2,07% na Bolsa de Paris. Isso depois que o tribunal de apelação de Paris absolveu, após 14 anos, o fabricante de aviões e a empresa aérea de homicídio culposo, sem intenção de matar, pela queda do voo 447 no mar, em 2009.

IMPOSTOS

Tributação de importados não será revertida, diz Receita

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não vai voltar atrás na decisão de fechar o cerco a empresas estrangeiras que se utilizam de brecha na legislação brasileira para vender produtos importados sem pagar imposto.

O governo prevê colocar fim à isenção de imposto para remessas internacionais de até US$ 50 (cerca de R$ 250) feitas entre pessoas físicas. A regra, segundo o Ministério da Fazenda, tem sido usada de forma fraudulenta por varejistas internacionais. Estão na mira sobretudo as plataformas asiáticas, como Shein, Shopee, AliExpress.

"Não vamos voltar atrás porque a lei é muito clara. Há uma tributação hoje e ela não está sendo efetivada. A Receita Federal já está tomando medidas em relação à efetivação dessa legislação atual e as propostas que estamos indicando e deverão ser anunciadas muito em breve se referem a instrumentalizar a Receita Federal para fazer valer a lei que já existe hoje", afirmou Barreirinhas.

A medida, que ainda não foi efetivada, gerou reações negativas dos consumidores brasileiros nas redes sociais. "Muitas vezes a mercadoria nem chega. Como os valores são tão baixos, a pessoa pede de novo. A pessoa às vezes não percebe que há um problema inclusive logístico por falta de informação dos exportadores. Isso nós vamos solucionar", disse o secretário da Receita.

O Fisco também vai prever a obrigatoriedade de declarações completas e antecipadas da importação, identificando exportador e importador, com possibilidade de multa em caso de subfaturamento ou dados incompletos ou incorretos.

Barreirinhas defendeu a medida. Segundo ele, a declaração antecipada permite que o Fisco faça um controle efetivo. "A mercadoria vai chegar já liberada, quando for um exportador, um consumidor que mereça essa confiança por parte do Fisco e que o Fisco ofereça essa confiança por meio de uma gestão de risco eficiente", disse.

De acordo com o secretário da Receita, também não está em debate a retirada da alíquota de 60% do imposto de importação sobre as encomendas.

"Se a empresa declara adequadamente, não coloca o nome de uma pessoa física qualquer como remetente, se ela declara o bem corretamente, esse imposto já é recolhido", disse.

"Para essas empresas que atuam corretamente, não muda nada. Para o consumidor que compra delas, nada muda. O que estamos fazendo inclusive é uma justiça em relação às empresas que competem nesse ambiente", acrescentou.

Segundo varejistas nacionais, as concorrentes asiáticas não são tributadas em pé de igualdade com a concorrência local. Enquanto empresas brasileiras estão sujeitas a cobrança de impostos ao longo da cadeia de produção, as plataformas estrangeiras estariam usando o benefício de isenção de trocas entre pessoas físicas para evitar o imposto de importação (o que tornaria o produto local mais caro).

Empresários brasileiros alegam também que, quando um cliente compra diversos produtos que ultrapassam o valor de isenção, as plataformas costumam dividir as encomendas e entregá-las em diversos pacotes para evitar o imposto. Há ainda a suspeita de que as mercadorias sejam declaradas por um valor inferior para não ultrapassar o limite.

Os ruídos envolvendo o anúncio feito pelo Ministério da Fazenda sobre a tributação de importados elevou nos últimos dias a tensão dentro do governo Lula, com cobranças internas e até um princípio de lavação de roupa suja em redes sociais.

O ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, se queixou em grupo interno de mensagens com outros ministérios de que a falta de coordenação está causando "incêndios" e "dor de cabeça" para o governo.

O Planalto atribuiu parte da responsabilidade ao próprio ministro Fernando Haddad (Fazenda) e sua equipe que vinham usando a expressão "contrabando digital" para se referir a essas compras internacionais. Isso era visto como ofensivo à parte da população brasileira, que compra produtos nessas plataformas internacionais.

TETO DE GASTOS

Arcabouço deve ser entregue ao Congresso hoje com mudanças

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve entregar ao Congresso Nacional hoje a proposta de arcabouço fiscal para substituir a regra do teto dos gastos. Ministros da área política e econômica mostraram alinhamento no discurso a respeito da data.

Antes do envio, a equipe econômica avaliou uma alteração no texto final do arcabouço. Com o objetivo de mostrar desde o início maior compromisso com os parâmetros da nova regra fiscal, o time envolvido na elaboração do projeto decidiu colocar tanto os conceitos do marco quanto os valores utilizados para os próximos quatro anos na versão final da lei complementar.

O texto deixa a possibilidade de mudança dos parâmetros por meio de lei ordinária a partir do próximo governo. A princípio, a ideia era definir os conceitos do arcabouço em lei complementar e os parâmetros em lei ordinária.

A regra prevê que a alta real da despesa, acima da inflação, será equivalente a 70% da variação das receitas -assegurados um piso de 0,6% e um teto de 2,5% de crescimento real dos gastos ao ano.

A alteração pode, assim, facilitar mudanças nas regras fiscais após o fim do governo Lula. Isso porque a tramitação de um projeto de lei complementar exige um quórum especial, com a maioria absoluta dos deputados de cada Casa legislativa. Um projeto de lei ordinária, no entanto, demanda apenas a maioria dos parlamentares presentes na sessão.

Ao sair de uma reunião com Lula, no Palácio da Alvorada, na manhã desta segunda-feira (17), o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) afirmou que a proposta da equipe econômica deve ser entregue pelo mandatário diretamente nas mãos dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, respectivamente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e Arthur Lira (PP-AL).

Lula vai realizar uma grande reunião no Planalto com ministros, governadores e chefes dos Poderes, para tratar de medidas para combater a violência nas escolas.

IBC-BR

Atividade econômica do País fica praticamente estável em janeiro

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A atividade econômica brasileira ficou praticamente estável em janeiro deste ano, de acordo com dados divulgados ontem pelo Banco Central (BC). O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apresentou variação negativa de 0,04% em janeiro em relação a dezembro de 2022, de acordo com os dados dessazonalizados (ajustados para o período).

O IBC-Br é uma forma de avaliar a evolução da atividade econômica do país e ajuda o órgão a tomar decisões sobre a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 13,75% ao ano. O índice incorpora informações sobre o nível de atividade de setores da economia – a indústria, o comércio e os serviços e a agropecuária –, além do volume de impostos.

Desde agosto do ano passado, o IBC-Br vinha caindo. Em dezembro, houve alta e, agora, estabilidade. Os resultados estão em linha com a decisão do BC de manutenção da Selic. A taxa está em 13,75% desde agosto do ano passado e é o maior nível desde janeiro de 2017, quando também estava nesse patamar.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas ajudam a redução da inflação, mas também podem dificultar a expansão da economia.

RESULTADO ACUMULADO

Em janeiro, o IBC-Br atingiu 142,28 pontos. Na comparação com janeiro de 2022 houve crescimento de 3,03% (sem ajuste para o período, já que a comparação é entre meses iguais). No acumulado em 12 meses, o indicador também ficou positivo, em 3%.

Entretanto, o indicador oficial da economia brasileira é o Produto Interno Bruto (PIB), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com resultado trimestral, o PIB do primeiro trimestre de 2023 será divulgado em 1º de junho.

Em 2022, o PIB do Brasil cresceu 2,9%, totalizando R$ 9,9 trilhões

Tebet garante aumento do salário mínimo acima da inflação em 2024

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou ontem que o salário mínimo deve ter aumento acima da inflação, em 2024, por ser uma promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

"É óbvio que não há menor chance de o presidente (Lula), no ano que vem, não dar aumento real do salário mínimo. Que se tire de qualquer lugar, mas o presidente não vai descumprir uma promessa de campanha", disse a ministra, ao apresentar os números do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024, enviado na última sexta-feira ao Congresso Nacional.

Ela explicou que, no PLDO, a equipe econômica trabalhou com um piso para o salário mínimo, mas, se houver a aprovação no novo arcabouço fiscal, haverá incremento de receitas e cortes de despesas e, consequentemente, espaço para ganho real.

Pelo PLDO de 2024, o salário mínimo no próximo ano será de R$ 1.389, com base apenas na reposição pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), de 2023.

GASODUTO

Prates diz que Petrobras vai atuar no Cade para manter participação na TBG

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates (**foto**), disse ontem que vai trabalhar dentro dos canais oficiais com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para manter a participação da estatal na TBG (Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil).

Desde 2019, há negociação para a Petrobras vender sua fatia de 51% na companhia que opera o gasoduto Bolívia-Brasil. O objetivo era estimular a concorrência no mercado.

Segundo Prates, a abordagem da petroleira junto ao órgão será diferente da aplicada pelo governo anterior.

"Nós respeitamos as alegações do Cade, mas temos agora que nos defender, tanto no caso dos combustíveis --que nos obrigaram a vender refinarias, a nosso ver indevidamente, sem a defesa à altura que o caso merecia-- como na questão do gás", afirmou a jornalistas após seminário sobre gás natural na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

A Petrobras assinou um Termo de Compromisso de Cessação de Prática com o Cade, que previa a saída integral dos ativos de distribuição e transporte de gás natural até 31 de dezembro de 2022. A empresa, porém, não conseguiu avançar para o encerramento do processo de alienação.

Embora já tenha concluído a venda de grandes redes de gasodutos, como a NTS e o TAG, a estatal ainda possui a fatia na TBG.

Durante o evento, Prates também afirmou que vai trabalhar junto com governo e outros agentes para desenvolver o mercado de gás natural brasileiro, o que permitirá também otimizar a oferta do produto pela Petrobras.

TOMAZ SILVA/ABRASIL

A estatal ainda segue como agente dominante na oferta nacional de gás, apesar dos avanços de desconcentração feitos no âmbito do Cade.

No mês passado, o governo anunciou a criação de um grupo de trabalho para estudar o papel do gás natural na reindustrialização do Brasil. Uma das propostas é utilizar a estatal do pré-sal PPSA no incremento da oferta de gás.

"Vamos participar de tantos quantos grupos de trabalho forem necessários, com governo, agentes, lideranças empresariais e da sociedade para viabilizar a otimização do gás natural que a Petrobras produz", afirmou Prates.

O presidente da petroleira disse ainda que a empresa vai explorar "fronteiras" com a estatal boliviana YPFB.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

serra de ibiapaba transmissora

SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 29.554.549/0001-00

Relatório da administração

1. Mensagem da administração: A administração da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. **2. A Companhia:** A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Celeo Renováveis"). **3. Principais acontecimentos no exercício: (a) Financiamento -** No dia 22 de agosto de 2019 a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. no montante de R$ 646.000 mil destinados à implantação do sistema de transmissão da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram liberados R$ 12.877 mil e R$ 115.374 mil, respectivamente. O valor total do financiamento foi liberado para a Companhia. **(b) Debêntures -** Em 31 de dezembro 2022 e 2021 foram amortizados R$ 7.870 mil e R$ 6.615 mil de juros, respectivamente e amortizado a primeira parcela de principal no valor de R$ 1.397 mil em novembro de 2022. **(c) Dividendos -** No exercício de 2022 a companhia efetuou pagamento de dividendos no total de R$ 29.731 mil. **(d) Receita Anual Permitida (RAP) -** A RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 foi de R$ 113.635 mil, um incremento de 11,73% quando comparada com a RAP para o ciclo 2021-2022 de R$ 101.722 mil, decorrente do reajuste da inflação (IPCA). **(e) Disponibilidade da linha de transmissão -** A disponibilidade da linha de transmissão nos exercícios de 2022 e 2021 foi de 99,99%. **4. Governança corporativa:** As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência. **(a) Diretoria -** A Companhia é administrada por 4 (quatro) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia. **5. Declaração da Diretoria:** Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro - *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	8	100	8.530
Títulos e valores mobiliários	9 (i)	85.634	66.513
Concessionárias e permissionárias	10	11.139	10.618
Ativo de contrato	11	104.158	100.152
Impostos e contribuições a recuperar		3.658	2.824
Outros ativos		4.025	2.118
Total do ativo circulante		**208.714**	**190.755**
Títulos e valores mobiliários	9 (ii)	18.703	17.041
Ativo de contrato	11	1.384.820	1.359.378
Total do realizável a longo prazo		**1.403.523**	**1.376.419**
Total do ativo não circulante		**1.403.523**	**1.376.419**
Total do ativo		**1.612.237**	**1.567.174**
Fornecedores	12	9.374	54.021
Financiamento	13	20.655	82.101
Debêntures	14	2.419	20.699
Salários e encargos a pagar		383	382
Impostos e contribuições a recolher		1.607	1.384
Pis e Cofins diferidos	15	9.187	8.834
Dividendos a pagar	24 (b)	8.291	29.731
Encargos setoriais		790	439
Contas a pagar	13/14	11.153	11.959
Outros passivos		4.421	1.187
Total do passivo circulante		**68.280**	**210.737**
Financiamento	13	726.333	598.521
Debêntures	14	125.049	100.455
Contas a pagar	13/14	-	9.237
Pis e Cofins diferidos	15	127.707	125.406
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	153.717	136.539
Total do passivo não circulante		**1.132.806**	**970.158**
Total dos passivos		**1.201.086**	**1.180.895**
Capital social	18 (a)	161.600	161.600
Reserva de lucros	18 (b)	249.551	224.679
Total do patrimônio líquido		**411.151**	**386.279**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.612.237**	**1.567.174**

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	19	**132.955**	**221.649**
Pessoal		(3.987)	(3.180)
Material		(450)	(320)
Serviços de terceiros	20 (a)	(6.217)	(999)
Custo de construção	21	-	(142.781)
Outros		(2.340)	(2.109)
Custos operacionais		**(12.994)**	**(149.389)**
Lucro bruto		**119.961**	**72.260**
Pessoal		(236)	(91)
Serviços de terceiros	20 (b)	(471)	(569)
Doações		-	(307)
Outros		(332)	(301)
Despesas operacionais		**(1.039)**	**(1.268)**
Resultado antes das despesas financeiras		**118.922**	**70.992**
Receitas financeiras		9.131	2.064
Despesas financeiras		(77.713)	(95.847)
Resultado financeiro	22	**(68.582)**	**(93.783)**
Resultado antes dos impostos		**50.340**	**(22.791)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(17.177)	7.500
Imposto de renda e contribuição social		**(17.177)**	**7.500**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		**33.163**	**(15.291)**

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	33.163	(15.291)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**33.163**	**(15.291)**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2022	2021
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		33.163	(15.291)
Ajustes para:			
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	17.178	(7.500)
- Pis e Cofins diferidos		2.654	14.869
- Juros e correção monetária s/ debêntures e financiamento e custo de transação	13/14	73.238	62.547
- Ativo de contrato - remuneração	11	(135.154)	6.145
		(8.921)	**60.770**
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(19.120)	(34.142)
- Concessionárias e permissionárias		(521)	(8.993)
- Ativo de contrato	11	105.706	74.007
- Impostos e contribuições a recuperar		(834)	(692)
- Outros ativos		(1.908)	(1.553)
- Fornecedores		(44.647)	38.525
- Salários e encargos a pagar		1	287
- Impostos e contribuições a recolher		223	(6.899)
- Encargos setoriais		351	101
- Contas a pagar		(10.043)	21.196
- Outros passivos		3.233	983
Caixa gerado pelas atividades operacionais		**23.520**	**143.590**
Debêntures - pagamento de juros	14	(7.870)	(6.615)
Notas promissórias - pagamento de juros	13	(711)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		**14.939**	**136.975**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(1.662)	(3.480)
Imobilizado e intangível	19	-	(241.705)
Caixa (utilizado) nas atividades de investimento		**(1.662)**	**(245.185)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos - captação	13	12.877	115.374
Financiamentos - pagamento de principal	13	(3.456)	-
Debêntures - pagamento de principal	14	(1.397)	-
Pagamento de dividendos	24	(29.731)	(8.550)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamento		**(21.707)**	**106.824**
(Redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(8.430)**	**(1.386)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.530	9.916
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	8	**100**	**8.530**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro *(em milhares de Reais)*

	Nota	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Lucros a realizar	Reservas de lucros: Retenção lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020		**161.600**	**8.079**	**67.543**	**202.630**	**-**	**439.851**
Aprovação de dividendos adicionais propostos	18 (b)	-	-	(38.281)	-	-	(38.281)
Prejuízo do exercício	18 (b)	-	-	-	-	(15.291)	(15.291)
Absorção do prejuízo do exercício		-	-	-	(15.291)	15.291	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**161.600**	**8.079**	**29.262**	**187.339**	**-**	**386.279**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	33.163	33.163
Reserva legal	18 (b)	-	1.658	-	-	(1.658)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18 (c)	-	-	-	-	(8.291)	(8.291)
Retenção de lucros	18 (b)	-	-	-	23.214	(23.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**161.600**	**9.737**	**29.262**	**210.552**	**-**	**411.151**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional: A Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 12 de janeiro de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro - RJ - Brasil. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviço público de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. A Companhia entrou parcialmente em operação em março de 2020 com os trechos SE A Acaraú II, SE Acaraú III e LT 230kV Acaraú II – Acaraú III e a entrada em operação comercial de toda a infraestrutura ocorreu em 01 de novembro de 2021. Durante a fase de operação parcial, a Companhia dependeu dos aportes de capital de seu acionista e/ou de financiamento obtido junto às instituições financeiras, até o momento que passou a gerar seus próprios fluxos de caixa operacionais. Portanto, as demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. A Companhia é controlada pela Celeo Redes Transmissão e Renováveis S.A. ("Celeo Renováveis"). **1.1 Contrato de concessão -** O contrato de concessão Nº 02/2018 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manunteção das instalações de transmissão, nos estados do Piauí e Ceará, compostas pela: (i) linha de transmissão Parnaíba III – Tianguá II, em 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 111 km, com origem na Subestação Parnaíba III e término na Subestação Tianguá II; (ii) linha de transmissão Acaraú II – Acaraú III, em 230kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Acaraú II e término na Subestação Acaraú III; (iii) Linha de Transmissão Ibiapina II – Tianguá II, em 230 kV, circuito duplo, primeiro e segundo circuitos, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Tianguá II; (iv) Linha de Transmissão, em 230kV, Ibiapina II – Piripiri, circuito simples, segundo circuito, com origem na Subestação Ibiapina II e término na Subestação Piripiri; (v) linha de Transmissão Piripiri – Teresina III, em 230kV, circuitos simples, primeiro circuito; (vi) SE Parnaíba III, novos pátios 500/230-13,8kV (6+1R)2 x 200 MVA, 230/138kV 2 x 150 MVA; pela SE Acaraú III, novos pátios 500/230-13,8kV, (6+1R) x 250 MVA; (vii) Conexões de unidades de transformação; (viii) entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. Em 08 de novembro de 2021 a Companhia obteve o termo de liberação definitivo e entrou em operação comercial na sua totalidade, e passou a receber 100% da receita anual permitida. O Contrato foi assinado no dia 8 de março de 2018 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 8 de março de 2048. **1.2 Receita Anual Permitida (RAP) -** A Resolução Homologatória nº 3.067, de 13 de julho de 2022, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2022-2023 em R$ 113.635 (R$ 101.722 para o ciclo de 2021-2022). O aumento foi decorrente do reajuste da inflação (IPCA). A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") revisará a Receita Anual Permitida ("RAP") da Companhia, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A RAP da Companhia é reajustada em cada ciclo (anual) pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). **2 Base de preparação Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 12 de abril de 2023. Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 6.2), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito (nota explicativa 6.6) e reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 6.5). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **6.1 Instrumentos financeiros - (a) Reconhecimento e mensuração inicial -** O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(b) Classificação e mensuração subsequente - i. Ativos financeiros -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios -** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros -** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas -** iv.1 Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(c) Desreconhecimento - i. Ativos financeiros -** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **ii. Passivos financeiros -** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(d) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(e) Instrumentos financeiros derivativos -** A companhia não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados. **6.2 Ativo de contrato -** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia. De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão. Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão. Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1) e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA. Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma: i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores. ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção. iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto. A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir: i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada. ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de lucros a realizar na adoção do ativo de contrato. **6.3 Ajuste a valor presente de ativos e passivos -** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia. **6.4 Imposto de renda e contribuição social -** O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro. **(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes -** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos -** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **6.5 Provisões -** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são

serra de ibiapaba transmissora

SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 29.554.549/0001-00

apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **6.6 Provisão para perdas esperadas de créditos** - A Provisão para perdas esperadas de créditos ("PEC"), quando aplicável, é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização da conta de concessionárias e permissionárias e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável. A Companhia possui políticas para cálculo da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa cuja metodologia tem como premissa de provisionamento o histórico do comportamento de pagamento dos clientes, baseado na experiência histórica das perdas efetivas. As baixas de títulos a receber para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa. Em caso de inadimplência por parte do cliente, a Companhia comunica o não pagamento ao ONS, solicitando o acionamento do mecanismo de garantia financeira. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui provisão para PEC. **6.7 Receitas e despesas financeiras** - A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto. **7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (ii) IFRS 17 Contratos de Seguros; (iii) Definição de estimativa contábil (Alterações CPC 23); (iv) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (v) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32). Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

8 Caixa e equivalentes de caixa	2022	2021
Caixa e bancos	75	91
Operações compromissadas	-	8.416
Outras aplicações	25	23
	100	**8.530**

A redução no exercício refere-se ao resgate para pagamento de obrigações de curto prazo.

9 Títulos e valores mobiliários:

i. Circulante		2022	2021
CDB - Banco Santanter	(a)	70.080	1.869
CDB - Banco do Nordeste do Brasil	(b)	15.554	64.644
		85.634	**66.513**

(a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,46% (99,4% em 2021) do DI com vencimento de maio de 2023 à janeiro de 2024. (b) A Companhia estruturou seus recursos por meio de CDB atrelado ao DI pós fixado do banco BNB. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras em 2022 foi de 100,25% do DI com vencimento entre outubro de 2025 e abril de 2026. **ii. Não circulante** - Para fins de garantia da operação do contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização do financiamento, recursos em uma conta denominada "Conta Reserva", valores equivalentes a 2,61% do valor efetivamente desembolsado. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a totalidade dos recursos está aplicada no fundo de investimento "BNB Conta Reserva FIC FI Renda Fixa Referenciado DI" do banco BNB. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2022 foi de 11,45% (0,68% em 2021).

10 Concessionárias e permissionárias	2022	2021
A vencer	10.307	10.539
Até 3 meses	30	16
De 3 a 12 meses	690	21
Acima de 12 meses	112	42
	11.139	**10.618**

11 Ativo de contrato		
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020	**1.459.530**	**1.297.978**
Receita de construção	-	241.705
Remuneração do ativo de contrato	135.154	(6.145)
Recebimentos	(105.706)	(74.007)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	**1.488.978**	**1.459.530**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	104.158	100.152
Não circulante	1.384.820	1.359.378
	1.488.978	**1.459.530**

12 Fornecedores		2022	2021
Materiais e serviços		8.900	14.451
Partes relacionadas	(a)	474	39.570
		9.374	**54.021**

(a) A principal redução observada no exercício refere-se a quitação integral do saldo com a Elecnor do Brasil Ltda., empresa responsável pela construção da linha de transmissão. Veja nota explicativa 24.

13 Financiamento			
Financiamento	(a)	716.919	528.356
Custo de transação	(b)	(36.297)	(7.503)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		**680.622**	**520.853**
Captação	(a)	12.877	115.374
Juros		58.998	73.189
Custo de transação	(b)	(3.095)	(28.851)
Amortização - principal		(3.456)	-
Amortização - juros		(711)	-
Amortização - custo de transação	(b)	1.754	57
Financiamento		784.626	716.919
Custo de transação		(37.638)	(36.297)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		**746.988**	**680.622**

(a) No dia 22 de agosto de 2019 a Companhia assinou contrato de financiamento com o Banco do Nordeste do Brasil, destinados à implantação do sistema de transmissão. O valor total do financiamento é de R$ 646.000. O BNB desembolsou R$ 12.877 e R$ 115.374 em 2022 e 2021, respectivamente. O valor total do financiamento foi liberado para a Companhia. Sobre a dívida incide a Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais (TFC) e Juros Básicos Fixos (JBF) à taxa média de 1,8512% a.a. O pagamento dos juros remuneratórios e das parcelas de principal teve início em outubro de 2022 e seu vencimento será em setembro de 2043. (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção do financiamento. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	20.655	82.101
Não circulante	726.333	598.521
	746.988	**680.622**

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	18.185
Em 2025	19.491
Em 2026	20.990
A partir de 2027	667.667
	726.333

O contrato de financiamento possui cláusula (as principais estão citadas a seguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso a Companhia: (a) Deixe de cumprir qualquer obrigação estabelecida no contrato e não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis para as obrigações pecuniárias ou 30 (trinta) dias corridos para as obrigações não pecuniárias; (b) Sofra protesto de dívida líquida e certa, em valor global, superior a R$ 5.000; (c) Uma vez efetivada sua entrada em operação comercial, suspender suas atividades por mais de 60 (sessenta) dias corridos; (d) Venha a ser declarada impedida, por normas do Banco Central do Brasil, de participar de operações de crédito; (e) Remova os bens financiados, bem como gravar, alienar, arrendar, ceder, transferir de qualquer forma em favor de terceiros os bens financiados ou os imóveis nos quais tenham sido incorporados, exceto para a constituição de garantias em favor dos bancos que irão emitir a Fiança Bancária; (f) Peça recuperação judicial, ou for decretada a sua falência; e (g) Altere o controle acionário sem prévia e expressa anuência do BNB. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas de vencimento antecipado.

14 Debêntures			
Debêntures	(a)	130.174	116.983
Custo de transação	(b)	(9.020)	(7.366)
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020		**121.154**	**109.617**
Custo de transação		(478)	(2.147)
Juros		15.104	19.806
Amortização - principal		(1.397)	-
Amortização - juros		(7.870)	(6.615)
Amortização - custo de transação		955	493
Debêntures	(a)	136.011	130.174
Custo de transação	(b)	(8.543)	(9.020)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		**127.468**	**121.154**

(a) A Companhia emitiu debêntures no dia 15 de novembro de 2020 destinados à implantação do sistema de transmissão. O valor total captado foi de R$ 116.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 11 de dezembro de 2020. Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 5,90% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal das debêntures serão pagos semestralmente, sendo o primeiro pagamento dos juros em 15 de maio de 2021 e a primeira amortização do principal em 15 de novembro de 2022, e o último pagamento dos juros e da amortização será efetuado na data de vencimento em 15 de novembro de 2040. (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante e não circulante na rubrica de contas a pagar. Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	2.419	20.699
Não circulante	125.049	100.455
	127.468	**121.154**

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2022
Em 2024	2.333
Em 2025	3.561
Em 2026	4.175
A partir de 2027	114.980
	125.049

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado. A escritura de emissão das debentures possui cláusula (as principais estão citadas a seguir) de vencimento antecipado, exigindo o imediato pagamento da dívida, caso a Companhia: (a) Deixe de cumprir qualquer obrigação pecuniária prevista na escritura de emissão e não sanada no prazo de 2 (dois) dias úteis; (b) Tenha declaração de vencimento antecipado de contratos de financiamento de qualquer dívida financeira em valor igual, agregado ou superior a R$ 10.000; (c) Sofra redução de capital, exceto se (i) for previamente autorizado pelo debenturistas, (ii) ocorrer 3 (três) meses contados da data de aprovação da ANEEL, após a entrada em operação comercial e (ii) para absorver prejuízos; (d) Peça recuperação judicial, ou for decretada a sua falência; (e) Altere o controle acionário, realize reorganização ou reestruturação societária sem prévia e expressa anuência dos debenturistas ou no caso do controle final (direto ou indireto) da Companhia não permanecer sob controle de empresas do gupo, e (f) Não atinja o ICSD igual ou superior a 1,05 a partir de 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas de vencimento antecipado.

(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)	2022 **6,21**
(A) Geração de caixa da atividade	83.471
(B) Serviço da dívida	13.434
(A) Geração de caixa da atividade	**83.471**
(+) LAJIDA (EBITDA)	83.471
(B) Serviço da dívida	**13.434**
(+) Amortização de principal	4.853
(+) Pagamento de juros	8.581
EBITIDA	**83.471**
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	50.340
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	68.581
(+) PIS e COFINS deferidos por conta da aplicação da ICPC 01	2.654
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(135.154)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(12.499)
(+) RAP no exercício	106.393
(+/-) Outros ajustes IFRS (a)	3.156

(a) Refere-se a adições do imobilizado regulatório que é despesa no societário.

15 PIS e COFINS diferidos	2022	2021
PIS	24.419	23.946
COFINS	112.475	110.294
	136.894	**134.240**

Os saldos do circulante e não circulante apresentados no balanço patrimonial estão demonstrados abaixo:

	2022	2021
Circulante	9.187	8.834
Não circulante	127.707	125.406
	136.894	**134.240**

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato e são registrados contabilmente pela Companhia.

16 Imposto de renda e contribuição social diferidos	2022	2021
Imposto de renda	113.027	100.396
Contribuição social	40.690	36.143
	153.717	**136.539**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias e estão demonstradas a seguir:

	2022	2021
Pronunciamento técnico CPC 47		
- Receita de Contrato com Cliente	153.717	136.539
	153.717	**136.539**

17 Passivos contingentes: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não possui processos com prognostico prováveis e possíveis de perda. **18 Patrimônio líquido: (a) Capital social** - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o capital social é de R$ 161.600 dividido em 161.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela sua controladora. **(b) Reserva de lucros - i. Reserva legal** - Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 o valor destinado foi de R$ 1.698. Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição da reserva legal devido ao prejuízo apurado no exercício. **ii. Reserva de lucros a realizar** - Com a AGO emitida em em 25 de outubro de 2021 foi realizada a transferência dos R$ 38.281 da reserva de retenção de lucros para dividendos adicionais propostos. **iii. Reserva de retenção de lucros** - Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios** - O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2022 o valor destinado foi de R$ 8.291. Em 31 de dezembro de 2021 não houve constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao prejuízo apurado no exercício.

19 Receita operacional líquida	2022	2021
Receita de construção	-	241.705
Remuneração do ativo de contrato	135.154	(6.145)
Receita de operação e manutenção	12.499	9.343
Parcela variável	(89)	(32)
Receita bruta	**147.564**	**244.871**
Pis e Cofins correntes	(10.473)	(7.571)
Pis e Cofins diferidos	(2.654)	(14.869)
Encargos setoriais	(1.482)	(782)
Deduções da receita	**(14.609)**	**(23.222)**
	132.955	**221.649**

20 Serviço de terceiros: (a) Custos operacionais		2022	2021
Serviço de operação e manuntenção	(i)	(1.055)	(688)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(3.610)	(29)
Meio ambiente	(iii)	(1.138)	(189)
Diversos		(414)	(93)
		(6.217)	**(999)**

(i) Refere-se a prestação de serviços para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizados pela Celeo Redes Brasil S.A. (ii) Refere-se aos custos para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão. (iii) Refere-se a gastos basicamente com consultorias ambientais.

(b) Despesas operacionais	2022	2021
Consultorias	(367)	(453)
Publicações	(45)	(75)
Prestação de serviços administrativos	(48)	(29)
Diversos	(11)	(12)
	(471)	**(569)**

21 Custos de construção	2021
Serviços Prestados	(120.576)
Máquinas, equipamentos e materiais	(14.282)
Meio ambiente	(6.171)
Fundiário	(1.752)
	(142.781)

22 Resultado financeiro	2022	2021
Rendimento de aplicação financeira	9.131	2.064
Receitas financeiras	**9.131**	**2.064**
Juros - debêntures	(15.104)	(19.806)
Juros - financiamento	(58.998)	(73.189)
Custo de transação - debêntures	(478)	(493)
Custo de transação - financiamento	(1.754)	(1.698)
Outras despesas	(1.379)	(661)
Despesas financeiras	**(77.713)**	**(95.847)**
	(68.581)	**(93.783)**

23 Imposto de renda e contribuição social	2022	2021
Resultado antes dos impostos	**50.340**	**(22.791)**
IR e CS à alíquota nominal de 34%	(17.115)	7.749
Outras exclusões (adições)	(62)	(250)
IR e CS à alíquota efetiva	**(17.177)**	**7.500**
Alíquota efetiva	34%	33%

24 Transações com partes relacionadas: (a) Transações comerciais

		Passivo		Despesa	
		2022	2021	2022	2021
Elecnor	(i)	5	37.668	-	(114.037)
Celeo Redes	(ii)	-	1.442	-	(301)
Celeo Redes	(iii)	469	460	(1.055)	(688)
		474	**39.570**	**(1.055)**	**(115.026)**

i. Refere-se ao custo com a Elecnor do Brasil Ltda (Elecnor). A Elecnor é a empresa responsável pela construção das linhas de transmissão da Companhia. ii. Refere-se a despesas pagas pela Celeo Redes Brasil S.A. iii. Refere-se ao contrato com a Celeo Redes Brasil S.A.para a prestação de serviço de operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão da Companhia. O custo está registrado na rubrica "Outros" - custos operacionais. O contrato foi assinado no dia 26 de fevereiro de 2020 e possui vigência de 5 (cinco) anos, sendo renovado por meios de aditivos pelas partes. O valor original do contrato foi de R$ 910 sendo atualizado pelo IPCA, e pode ser revisado caso haja alteração no escopo ou havendo cessão total ou parcial a terceiros da concessão.

(b) Dividendos a pagar

Saldo inicial	**29.731**
Pagamento de dividendos	(29.731)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	8.291
	8.291

(c) Remuneração da administração - Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras empresas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo. **25 Gestão de riscos financeiros: (a) Considerações gerais e políticas** - A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados. **i. Gestão de risco de capital** - A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais benefícios às outras partes interessadas, além de ajustar sua estrutura de capital com o objetivo de reduzir o seu custo de capital. Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital. **ii. Gestão de risco de mercado** - Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o custo de financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas. **iii. Gestão de risco de crédito** - O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. **iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais** - A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de acionamento de garantia fornecida pelos usuários ao ONS e a interrupção do fornecimento. **iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras** - Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha. A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. **iv. Gestão de risco de liquidez** - O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimentos permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. **(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros** - A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado. Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

				Cenários
	Risco	(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(12.781)	(9.586)	(6.391)
Financiamento	Aumento do TJLP	53.249	39.936	26.624
Debêntures	Aumento do IPCA	6.769	5.076	3.384

*Fonte: O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,25% e 5,31%) foi considerada conforme relatório Focus de 30/12/2022. A TJLP para o cenário provável (7,15%) foi considerada conforme relatórios de mercado. **(c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros** - Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis. A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo. Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício. **26 Cobertura de seguros:** A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros era composta por R$ 267.597 para danos materiais e R$ 10.000 para responsabilidade civil com vigências de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2023.

José Mauricio Scovino de Souza
Diretor
Bruno Marcell S. M. Melo
Contador CRC-RJ 111193/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A - *Rio de Janeiro - RJ* - **Opinião** - Examinamos as demonstrações financeiras da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Serra de Ibiapaba Transmissora de Energia S.A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente** - Veja as Notas 7.2 e 11 das demonstrações financeiras - **Principais assuntos de auditoria** - Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. De acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto. A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento. Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto** - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (ii) a verificação: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados. (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores** - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da

serra de ibiapaba transmissora

SERRA DE IBIAPABA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ nº 29.554.549/0001-00

Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras -** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2023

KPMG
KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Milena dos Santos Rosa Contadora CRC RJ-100983/O-7

Manhã Tarde Noite 30º 23º 65% 06:05 17:36 **OUTONO:** Sol com poucas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

País/Rio de Janeiro

HABEAS CORPUS

PGR pede condenação e prisão de Moro por 'caluniar' Gilmar

A Procuradoria-Geral da República (PGR) apresentou denúncia contra o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por calúnia que ele teria cometido contra o ministro da Corte Gilmar Mendes.

Na última sexta-feira, viralizou nas redes sociais um vídeo em que o ex-juiz aparece dizendo a interlocutores sobre "comprar um habeas corpus de Gilmar Mendes".

A vice-procuradora Lindôra Maria Araújo pede que o senador seja condenado à prisão e que, se a pena for superior a quatro anos, ele perca o mandato.

"Ao atribuir falsamente a prática do crime de corrupção passiva ao ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Ferreira Mendes, o denunciado Sergio Fernando Moro agiu com a nítida intenção de macular a imagem e a honra objetiva do ofendido, tentando descredibilizar a sua atuação como magistrado da mais alta Corte do país", diz o documento da PGR.

A vice-procuradora afirma também que o ex-juiz proferiu a frase em público, "na presença de várias pessoas, com o conhecimento de que estava sendo gravado por terceiro, o que facilitou a divulgação da afirmação caluniosa, que tornou-se pública em 14 de abril de 2023, ganhando ampla repercussão na imprensa nacional e nas redes sociais da rede mundial de computadores".

Ainda segundo a PGR, Moro, "ciente da inveracidade de suas palavras", acusou "falsamente a vítima de, em razão de sua função jurisdicional, negociar a compra e a venda de decisão judicial para a concessão de habeas corpus."

No documento, além de requerer instauração de ação penal e condenação de Moro, a Procuradoria pede também a preservação do vídeo que foi publicado no Instagram e que mostra o ex-juiz proferindo a frase. Solicita ainda que Moro seja notificado a apresentar uma resposta em um prazo de 15 dias.

Se for condenado à pena de prisão por tempo superior a quatro anos, a Procuradoria indica que Moro deve perder o mandato de senador, como previsto no Código Penal. Por fim, o órgão afirma que deve ser estabelecido um valor de indenização. "A fixação de valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração penal, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, nos termos do art. 91, inciso I, do Código Penal e do art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal", diz a PGR.

No vídeo, o ex-juiz da Lava Jato aparece em uma festa junina conversando com outras pessoas. Uma voz feminina, ao fundo, diz: "Está subornando o velho". Moro, então, responde: "Não, isso é fiança. Instituto para comprar um habeas corpus do Gilmar Mendes". Depois, ele pega um copo contendo, aparentemente, vinho quente ou suco de uva.

HERDEIRO VAGABUNDO

Thiago Brennand é preso nos Emirados Árabes Unidos

O 'herdeiro' Thiago Brennand, 42, foi preso ontem nos Emirados Árabes Unidos, país em que vivia desde setembro.

A detenção acontece poucos dias depois do governo árabe ter autorizado sua extradição. Com isso, deve ser enviado de volta ao Brasil nos próximos dias -há cinco mandados de prisão preventiva expedidos contra ele no país.

A informação sobre a prisão foi dada inicialmente pela TV Globo e confirmada pela reportagem.

O empresário viajou para os Emirados Árabes pouco antes de ser denunciado pela primeira vez pelo Ministério Público de São Paulo, em setembro. Ao todo, a Promotoria já fez oito denúncias contra ele por crimes sexuais, incluindo estupro.

Em vídeos postados nas redes sociais, Brennand sempre negou todas as acusações. Em um deles, publicado no início do mês, ele afirmou que pretendia voltar ao Brasil e que devia desculpas a ex-advogados e a autoridades a quem ofendeu, mas que achava que seria preso "injustamente" no país.

Como ele deixou o país, Brennand teve seu nome incluído na lista de foragidos da Interpol e chegou a ser detido nos Emirados Árabes em 14 de outubro do ano passado, mas foi solto sob fiança no mesmo dia. No mês seguinte, o governo brasileiro pediu a extradição do empresário, que foi aceita na semana passada.

A estudante de medicina Stefanie Cohen afirma ter chorado ao ser informada que Brennand foi preso. Ela acusa o empresário de tê-la estuprado.

"Sabia que a Justiça seria feita, mas não imaginava que seria hoje. Esse tempo todo eu não estava chorando, estava forte, pensando em todas as vítimas. Hoje, foi choro de alívio. Valeu a pena ter mostrado meu rosto", diz.

TERROR EM BRASÍLIA

PGR defende soltura de Torres, preso após atos de 8 de janeiro

A PGR (Procuradoria-Geral da República) defendeu ontem a revogação da prisão preventiva do ex-secretário de Segurança Pública do Distrito Federal Anderson Torres.

Em manifestação enviada ao STF (Supremo Tribunal Federal), a PGR condicionou o relaxamento da prisão ao uso de tornozeleira eletrônica, à proibição de Torres de se ausentar do DF e de se comunicar com outros investigados, além da manutenção do afastamento do cargo de delegado de Polícia Federal.

O ex-secretário está preso há três meses por determinação do ministro Alexandre de Moraes, relator no tribunal da apuração sobre os atos golpistas de 8 de janeiro.

Ex-ministro da Justiça no governo Jair Bolsonaro (PL), Torres é uma das autoridades investigadas por suposta omissão nos ataques às sedes dos três Poderes.

Moraes já havia negado um pedido do ex-secretário para deixar a cadeia. Foi no início de março, quando a Procuradoria se manifestou pela continuidade da prisão preventiva.

No atual estágio das apurações, porém, a Procuradoria entende que "existem medidas cautelares diversas da prisão que cumprem de forma mais adequada as finalidades em tela".

Para o subprocurador Carlos Frederico dos Santos, designado por Augusto Aras para coordenar o grupo da PGR encarregado de atuar nas apurações dos atos golpistas, o monitoramento eletrônico e a restrição de deslocamento constituem medidas menos gravosas do que a prisão e são providências adequadas ao caso, além de garantirem a aplicação da lei penal.

Santos, porém, ao defender a proibição do contato com outros investigados e o afastamento do cargo de delegado federal, disse que são medidas essenciais considerando "o grave contexto dos fatos investigados e a posição do requerente nos quadros da administração pública".

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2023

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 28/2023 no dia 02/05/2023 às 11h00min. - Objeto: Aquisição de medicamentos e insumos para a saúde (BISOPROLOL, HEMIFUMARATO 1,25MG COMPRIMIDO e etc.). Processo nº. 33409.000221/2023-49. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ROTISSERIA SÍRIO LIBANEZA LTDA.
CNPJ/MF nº 33.804.121/0001-45 - NIRE 33.2.0095400-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da Rotisseria Sírio Libaneza Ltda. ("Sociedade") a comparecer, em primeira convocação, à Assembleia de Sócios da Sociedade, a ser realizada no dia 27 de abril de 2023, às 10h00min, de forma presencial, na sede da Sociedade, localizada no Largo do Machado, nº 29, Catete, CEP 22221-901, Rio de Janeiro/RJ (a reunião terá lugar na sala 403 do referido endereço), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) tomada das contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) deliberação sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico da Sociedade referente ao exercício social encerrado em 31.12.2022; e (iii) aprovação da destinação dos resultados da Sociedade relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022 ("Assembleia"). A Sociedade esclarece que: (1) os documentos a que se refere o item "(i)" da ordem do dia foram colocados à disposição dos sócios que não exerçam a administração com antecedência de 30 dias da data da Assembleia; (2) outras solicitações de documentos pertinentes à ordem do dia poderão ser formuladas por meio de mensagem eletrônica enviada para nicholas@moreiramenezes.com.br; (3) o sócio que pretender ser representado por procurador deverá apresentar o original da procuração outorgada na forma do art. 1.074, § 1º, do Código Civil e cópia do documento de identidade com foto do procurador que comparecerá à Assembleia. Rio de Janeiro, 14 de abril de 2023. **CLAUDIA DA ROCHA CONCEIÇÃO e ARLINDO FREITAS DA COSTA** - Administradores.

VIOLÊNCIA

Operação na Maré deixa dois mortos e mais de 8 mil crianças sem aula

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope), tropa de elite da Polícia Militar (PM), realizou na madrugada desta segunda-feira mais uma operação no Complexo de Favelas da Maré, zona norte do Rio de Janeiro. De acordo com a Redes da Maré, a ação foi iniciada nos primeiros minutos do dia, por volta das 00h05. Muitos moradores circulavam nas ruas, e havia vários eventos na região no momento em que veículos blindados e homens da Polícia Militar acessaram as favelas Nova Holanda e Parque União, iniciando o confronto. Essa foi a segunda operação policial em três dias na comunidade.

A Redes da Maré é uma instituição da sociedade civil que produz conhecimento, elabora projetos e ações na busca pela garantia de políticas públicas efetivas que melhorem a vida dos 140 mil moradores do conjunto de 16 favelas da Maré.

Segundo a Redes da Maré, a ação teria sido motivada pela morte de um policial militar, na Avenida Brasil, na noite de sábado passado. O cabo Victor Hugo Lustoza Barros participava de uma ação de apoio ao Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE), com a finalidade de reduzir o número de assaltos na principal via urbana do Rio, com 54 quilômetros de extensão. O militar foi ferido na perna por criminosos que passaram de carro em alta velocidade, atirando. O policial ainda foi levado às pressas para o Hospital Getúlio Vargas, na Penha, mas morreu horas depois, devido ao ferimento provocado por um tiro de fuzil.

Em nota, a Secretaria de Estado de Polícia Militar lamentou a morte do cabo Victor Hugo Lustoza Barros. Segundo a PM, ele foi ferido "quando criminosos em fuga confrontaram a guarnição que o policial compunha na Avenida Brasil, na altura do bairro de Olaria, na noite de sábado". De acordo com a nota, os "criminosos estavam fugindo de cerco realizado pelo Batalhão de Policiamento em Vias Expressas (BPVE)".

O policial militar ingressou na corporação em 2011 e era lotado na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) Salgueiro. A Secretaria de Estado de Polícia Militar informou na nota que, depois de ser ferido, ele foi levado ao Hospital Estadual Getúlio Vargas, onde ficou internado até falecer no domingo.

TERROR

"Durante a ação policial de hoje, moradores foram violentados psicologicamente pelos agentes policiais, com uso de gás de efeito moral e também com terror psicológico feito diretamente a pessoas que tentavam se abrigar em uma clínica da família durante o confronto. Duas pessoas foram mortas e duas pessoas foram feridas na ação. Notícias falsas sobre a morte de uma criança de 8 anos circularam nas redes sociais. Não há registro de entrada ou óbito de nenhuma criança nos hospitais da região ou Instituto Médico Legal (IML)", informou a Redes da Maré.

As áreas de educação e saúde também foram afetadas pela ação policial: 23 unidades escolares não funcionaram, afetando 8.274 alunos, de acordo com a Secretaria Municipal de Educação; e a Clínica da Família Jeremias Morais da Silva também teve o atendimento suspenso durante o dia.

Essa é a terceira ação policial que acontece na Maré só no mês de abril. Na última sexta-feira uma operação da Polícia Civil na hora de saída das crianças das escolas da Maré também afetou atividades na região, como o lançamento da Pesquisa sobre os Impactos da Violência Armada na Vida das Mulheres da Maré, que estava sendo feito na Casa das Mulheres da Maré, no Parque União. A deputada estadual Renata Sousa (PSOL) publicou vídeos em suas redes sociais sobre o momento em que os tiros assustaram as mais de 70 mulheres presentes na atividade.

PESQUISA

Após três anos de diminuição das operações policiais no conjunto de favelas da Maré, em função, especialmente, das ações judiciais provocadas pela sociedade civil, como a Arguição de Descumprimento e Preceito Fundamental conhecida como ADPF das Favelas e a Ação Civil Pública (ACP) da Maré, a sétima edição do Boletim Direito à Segurança Pública da Maré identificou em 2022 um aumento de 145% no número de intervenções policiais e, por consequência, de homicídios em relação a 2021. Em 2022 foram 27 mortes decorrentes das operações policiais.

A pesquisa, que monitora desde 2016 os impactos da violência armada nas 16 favelas da Maré, também revelou o descumprimento da ADPF nas favelas nas operações no ano passado: em nenhuma delas houve a presença de ambulância ou equipes de saúde; 62% das operações aconteceram próximo a escolas e creches e 67% delas, perto de unidades de saúde.

G3 PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 01.260.840/0001-09 NIRE Nº 33.2.0906906-3
6ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃODO CONTRATO SOCIAL de 17/04/2023, em sua sede situada na Rua Visconde de Pirajá, 550 – sala 1513 – Ipanema – Rio de Janeiro – CEP.: 22410-002, na totalidade dos sócios DELIBERAM, reduzir o capital social da empresa, conf. Art. 1082, inciso II do CC, obedecida as disposições legais pertinentes, de R$ 86.351.000,00 (oitenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e um mil reais), dividido em 86.351 (oitenta e seis mil, trezentas e cinquenta e uma) quotas no valor nominal de R$1.000,00 (mil reais) cada uma, todas subscritas e integralizadas, para R$ 80.651.000,00 (oitenta milhões, seiscentos e cinquenta e um mil reais) dividido em 80.651 (oitenta mil, seiscentos e cinquenta e uma) quotas, de valor nominal de R$ 1.000,00 (mil reais) cada uma, totalmente integralizadas. Rio de Janeiro/RJ, 17 de abril de 2023.

OUTONO: Muitas nuvens durante o dia. Períodos com chuva a tarde e a noite. Manhã Tarde Noite 28º 21º 85% 06:20 17:51

PRIVATIZAÇÃO

Deputado pede que TCE investigue contrato de Tarcisio sem licitação

O deputado estadual Guilherme Cortez (PSOL) pediu que o TCE (Tribunal de Contas do Estado) apure o contrato do Governo de São Paulo com a inexigibilidade de licitação com a International Finance Corporation (IFC), agência vinculada ao Banco Mundial.

O governo irá pagar R$ 71.291.893,17, em acordo com validade por dois anos e possibilidade de ser renovado por igual período, e a empresa fará uma consultoria na privatização de linhas de trens da CPTM.

A IFC também realiza uma consultoria para privatização da Sabesp. A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) não informou qual o valor do contrato para o projeto Sabesp. Em fato relevante publicado, a Sabesp disse apenas que houve dispensa de licitação para contratação do serviço especializado.

Em nota na sexta-feira passada, a assessoria de imprensa da Secretaria de Parcerias em Investimentos afirma que a IFC tem "atuação reconhecida no setor de modelagem de parcerias do setor público com o setor privado em diversos países e com vasta experiência na estruturação de empreendimento de infraestrutura de grande porte".

PRONTO-SOCORRO

Parte de teto de hospital desaba em Itapevi

Parte do teto do Pronto-Socorro Central de Itapevi, na região metropolitana de São Paulo, desabou ontem à tarde. Uma mulher de 38 anos foi resgatada consciente, mas teve a perna esquerda esmagada.

A vítima ficou presa nos escombros e foi necessário amputar o membro inferior dela para retirá-la do local, segundo os bombeiros.

A mulher foi levada pelo helicóptero Águia ao Hospital das Clínicas, na cidade de São Paulo.

O capitão André Elias, porta-voz do Corpo de Bombeiros de São Paulo, disse à TV Bandeirantes que ainda não se sabe a motivação do desabamento.

O Corpo de Bombeiros informou que cinco viaturas foram deslocadas para o atendimento da ocorrência, com apoio do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência).

GRIPE

Capital paulista amplia público para vacinação

A capital paulista ampliou o público elegível para tomar a vacina contra o vírus Influenza, que causa a gripe. Podem procurar as unidades básicas de Saúde (UBSs), profissionais da saúde, da educação, pessoas com deficiência permanente ou com comorbidades, profissionais de transporte coletivo rodoviário, profissionais portuários, trabalhadores das forças de segurança e salvamento, das forças armadas, do sistema prisional, além da população privada de liberdade, incluindo adolescentes em medidas socioeducativas.

A campanha de imunização começou na segunda-feira passada para pessoas com mais de 60 anos de idade, crianças (com idade a partir de 6 meses e menores de 6 anos), gestantes, puérperas (até 45 dias após o parto), imunossuprimidos e indígenas.

"Essa ampliação aos grupos de profissionais com maior exposição ao vírus da gripe é muito importante para a proteção individual e coletiva das pessoas com as quais convivem e atendem diariamente", disse o secretário municipal da Saúde, Luiz Carlos Zamarco.

Em uma semana, já receberam o imunizando 218.713. Ao todo, 2,071 milhões de doses foram destinadas pelo Ministério da Saúde (MS) ao município para serem aplicadas inicialmente nos grupos prioritários. Em 2022, foram vacinadas 4.457.341 pessoas

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
CNPJ 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 21ª (VIGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados titulares de CRI ("Titulares dos CRI") da 21ª (vigésima primeira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, sob o regime de melhores esforços de colocação ("CRI"), da **Canal Companhia de Securitização** ("Emissora"), nos termos da Cláusula 11 do termo de securitização de créditos imobiliários para emissão dos CRI ("Termo de Securitização"), a se reunirem em 08 de maio de 2023, às 10 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, através da plataforma Microsoft Teams, a ser enviado *link* para conexão gerado pela Emissora, até 1 (uma) hora antes da reunião, a fim de, em sede de assembleia geral de Titulares dos CRI ("Assembleia Geral"), examinarem e discutirem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) A alteração do fluxo de pagamentos previsto no Anexo II do Termo de Securitização conforme Anexo B da Ata de Assembleia Geral; (ii) A alteração da Data de Vencimento dos CRI, conforme a Cláusula 4.8 do Termo de Securitização, para que corresponda a 11 de janeiro de 2035; (iii) A alteração do fluxo de pagamentos previsto no Anexo II do Instrumento Particular da 1ª (Primeira) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada da Tocantins Energias Renováveis S.A. ("Termo de Emissão"), conforme Anexo C da Ata de Assembleia Geral; (iv) A alteração da Data de Vencimento, conforme a Cláusula 4.1.3 do Termo de Emissão, para que corresponda a 09 de janeiro de 2035; (v) A concessão de *waiver* referente ao descumprimento da obrigação de pagamento da parcela de amortização e juros dos CRI, referente a 02 de maio de 2023, para que seja paga em 11 de maio de 2023, conforme Anexo B da Ata de Assembleia Geral; (vi) A concessão de *waiver* referente ao descumprimento da obrigação de pagamento da parcela de amortização e juros das Notas Comerciais, referente a 27 de abril de 2023, para que seja paga em 09 de maio de 2023, conforme Anexo C da Ata de Assembleia Geral; (vii) A autorização para que o Agente Fiduciário possa praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas nesta ata. **Instruções Gerais:** A participação e a votação na Assembleia Geral será realizada à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, mediante presença de Titulares de CRI representando qualquer quórum, conforme definido no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail operacional@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o Agente Fiduciário, no e-mail ger1.agente@oliveiratrust.com.br, preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou Contrato ou Estatuto Social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. A titularidade dos CRI será comprovada por meio do extrato emitido pela **Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.** ("Escriturador"), e, adicionalmente, com relação aos CRI que estiverem custodiados eletronicamente na B3, será expedido pela B3 extrato em nome do Titular de CRI, que servirá de comprovante de titularidade de tais CRI. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretenderem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode, a critério do Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário: ger1.agente@oliveiratrust.com.br. Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitização e nos demais documentos da operação. São Paulo, 17 de abril de 2023. Atenciosamente, Canal Companhia de Securitização. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização

GUERRA

Navio militar dos EUA atravessa estreito de Taiwan e irrita China

Dois navios militares americanos atravessaram o estreito de Taiwan no domingo passado, em uma operação vista pela China como provocação --a tensão entre os dois países aumentou desde que a então presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos Nancy Pelosi viajou à ilha que a potência asiática considera uma província rebelde.

O destroyer USS Milius, com mísseis teleguiados, "fez um trânsito de rotina pelo estreito de Taiwan" no domingo, informou a Marinha americana em nota, e passou "por águas onde são aplicadas a liberdade de navegação e sobrevoo de acordo com o direito internacional". A rota é crucial para o comércio marítimo mundial.

"A passagem dos navios pelo estreito de Taiwan demonstra o comprometimento dos EUA com um Indo-Pacífico livre e aberto", afirma o comunicado. "O Exército dos EUA voa, navega e opera em qualquer lugar que a lei internacional permita." Em resposta, a China afirmou que rastreou o navio de guerra americano e acusou Washington de "exagerar publicamente" a passagem.

O porta-voz militar da China, Shi Yi, declarou em nota que as tropas chinesas "permanecem em nível de alerta elevado e defendem com determinação a soberania e a segurança nacionais, assim como a paz e a estabilidade regionais".

Já o G7, grupo dos sete países com as maiores economias mundiais, não apoiará esforços para mudar o status do estreito, segundo um alto funcionário do Departamento de Estado dos EUA. Os ministros das Relações Exteriores do grupo, que estão na cidade japonesa de Karuizawa, discutiram a situação da China e da Coreia do Norte durante suas reuniões, disse a autoridade.

No final das manobras, o USS Milius navegou por águas reivindicadas por Pequim no Mar da China --o país asiático chamou a operação de invasão ilegal, por ter sido realizada "sem a aprovação do governo chinês". O episódio é mais um capítulo da escalada de tensão que a região protagoniza nos últimos meses.

No dia 8 de abril, a China iniciou três dias de exercícios militares ao redor de Taiwan, com simulações de ataques e de um bloqueio do território da ilha -- uma resposta ao encontro entre a presidente taiwanesa, Tsai Ing-wen, e o presidente da Câmara dos Representantes dos EUA, Kevin McCarthy. Os testes militares terminaram na segunda-feira passada e mobilizaram navios de guerra, lançadores de mísseis e caças.

No último dia das manobras, o Ministério da Defesa taiwanês afirmou que 54 aviões chineses atravessaram a zona de defesa aérea da ilha, o número mais elevado em apenas um dia desde outubro de 2021. Após o fim dos exercícios, navios e aviões de guerra chineses permaneceram ao redor de Taiwan--nesta segunda, o governo da ilha detectou quatro navios e 18 aviões de guerra em sua zona de defesa.

A região não deve ter trégua tão cedo. Também nesta segunda, a Coreia do Sul, os EUA e o Japão realizarão exercícios conjuntos de mísseis navais --uma resposta às crescentes ameaças da Coreia do Norte, afirmou a Marinha de Seul. Na última semana, os três países decidiram realizar exercícios regulares de defesa para aumentar a cooperação diplomática e militar.

Os testes desta segunda serão realizados em águas internacionais entre a Coreia e o Japão. Os três países vão simular um cenário de provocação norte-coreana, disse a Marinha sul-coreana.

"É uma oportunidade para fortalecer a cooperação de segurança trilateral contra as crescentes ameaças nucleares e de mísseis da Coreia do Norte, além de solidificar a capacidade e a postura de nossa Marinha para responder a mísseis balísticos", disse o capitão Kim Ki-young em comunicado.

Nas últimas semanas, a Coreia do Norte intensificou suas atividades militares. O último teste foi na sexta-feira, quando o país lançou um míssil balístico intercontinental de combustível sólido que, segundo especialistas, facilitaria o lançamento de projéteis com pouco aviso.

Pyongyang ameaçou uma ação "mais prática e ofensiva" e chamou os exercícios anuais realizados pela Coreia do Sul e pelos EUA de ensaio para uma guerra nuclear.

FRANÇA

Macron discursa sob panelaço e lamenta falta de apoio à reforma

O panelaço chegou à França. Convocado pela Attac, a Associação pela Tributação das Transações Financeiras para Ajuda aos Cidadãos, o concerto de panelas deu o tom nas ruas de Paris, Marselha, Nantes, Rennes e de outras cidades durante o pronunciamento de Emmanuel Macron ontem.

O panelaço foi programado para o momento em que o presidente francês fazia um gesto na tentativa de apaziguar os ânimos no país depois de ter promulgado sua impopular reforma da Previdência horas após o texto ter sido validado pelo Conselho Constitucional, na última sexta-feira.

"Arrependo-me de não termos conseguido chegar a um consenso", disse o chefe do Eliseu. "Mas é (um projeto) necessário. Ele foi aceito pelos franceses? Evidente que não", reconheceu Macron.

O presidente disse ainda compreender a revolta da população. Para ele, trata-se de uma "raiva de ter um emprego que, para muitos, já não lhes permite viver bem, a preços crescentes de gasolina, compras e refeições na cantina". "Raiva porque algumas pessoas sentem que estão fazendo a sua parte, mas sem serem recompensadas por seus esforços, seja em ajuda ou em serviços públicos eficazes."

Macron também se comprometeu a fazer um novo "pacto pela vida e pelo trabalho", que será organizado nos próximos cem dias em torno de três eixos: emprego, justiça e ordem social e democrática".

O Conselho Constitucional validou parcialmente o texto que mobilizou milhares de franceses desde janeiro, mas chancelou seu ponto mais crítico: a aposentadoria aos 64 anos. A decisão gerou uma série de protestos pelo país, com incêndios e conflitos com forças de segurança. Minutos depois, a primeira-ministra francesa, Elisabeth Borne, celebrou no Twitter a decisão, ao escrever que o texto havia chegado "ao fim de seu processo democrático". "Esta noite, não há vencedor nem perdedor."

Não foi como a oposição enxergou a decisão do conselho. Uma deputada do Nupes, a coalizão de esquerda do Parlamento francês, disse considerar que, "em 14 de abril, a Quinta República morreu".

Assim, a representante eleita aponta para "os chamados Sábios", que "não mostraram sabedoria": "Se os membros do Conselho Constitucional nos dizem que [a reforma] é legal, de acordo com a Constituição, e que é possível impor uma lei contra a opinião do povo, então existe um problema institucional".

O projeto de reestruturação previdenciária do governo aumenta a idade mínima para a aposentadoria de 62 para 64 anos até 2030 e prolonga os anos de contribuição de 42 para 43 anos já em 2027 como condição de acesso à pensão integral. O texto é rejeitado por cerca de 70% dos franceses.

Mesmo após a decisão do conselho, 64% dos franceses afirmam que a mobilização em torno da reforma da Previdência deve continuar. Pesquisa encomendada pelo jornal Le Figaro apontou que quase 90% da população acha que, agora, depredações e confrontos com a polícia se tornarão mais sistemáticos.

AURORA 23

Guerra na Ucrânia faz Suécia realizar maior exercício militar em 25 anos

A Suécia iniciou ontem o exercício militar Aurora 23, o maior do gênero realizado no país nórdico em 25 anos. Ele ocorrerá em terra, mar e ar até o dia 11 de maio, mobilizando 26 mil soldados de 14 países.

Com a manobra, que havia sido anunciada em outubro após o cancelamento de sua edição anterior devido à eclosão da pandemia de Covid-19 em 2020, a Suécia ao mesmo tempo sinaliza prontidão à Rússia e disposição à Otan, a aliança militar ocidental em que pretende ingressar.

Rompendo 200 anos de neutralidade, Estocolmo decidiu pedir a admissão após a invasão da Ucrânia pelas forças de Vladimir Putin, ocorrida em fevereiro do ano passado. A requisição foi feita em conjunto com a vizinha Finlânida, que divide 1.300 km de fronteira com a Rússia.

Todos os 30 membros da Otan votaram pelo ingresso finlandês, formalizado há duas semanas, mas a Turquia e a Hungria ainda resistem ao pedido sueco por motivos políticos. O país nórdico tradicionalmente abriga dissidentes políticos turcos e é crítico da gestão autocrática do húngaro Viktor Orbán.

Na semana passada, o número 2 da Defesa do país, Peter Sandwall, disse à Folha de S.Paulo acreditar que a admissão esteja resolvida até a cúpula da Otan em Vilnius, na Lituânia, em julho. Enquanto isso, o país flexiona seus músculos militares.

O Aurora é concentrado na costa sul e sudeste da Suécia, no mar Báltico, com foco na defesa contra invasões --particularmente da estratégica ilha de Gotland, vista como alvo primário da Rússia no caso de um conflito.

As Forças Armadas suecas são altamente profissionais, mas até o ano passado o foco de seus exercícios era o de interoperabilidade com a Otan em missões de segurança internacional. Agora, expande gastos e treina principalmente contra agressões diretas, cortesia da política de Putin.

Seu efetivo total é de 14 mil militares, boa parte dos quais se unirão às tropas de outros países, como a própria Finlândia, nas simulações. Se ingressar na Otan, a Suécia contará com a proteção mútua garantida em tratado: se for atacada, todos os outros membros correm em sua defesa.

Enquanto o Báltico se torna cada vez mais um ponto focal na disputa entre o Kremlin e o Ocidente, a Rússia passou o fim de semana reforçando seu flanco leste, onde opera em conjunto com a aliada China no contexto da Guerra Fria 2.0 entre Pequim e Washington

De sexta-feira) a domingo passado, mobilizou toda a sua Frota do Pacífico de surpresa. Nesta segunda, o ministro Serguei Choigu (Defesa) apresentou o resultado a Putin: 25 mil homens mobilizados, 167 navios de guerra e quase 100 aeronaves participaram da inspeção.

A movimentação incomodou o Japão, que enviou um protesto ao Kremlin. O governo russo afirmou que o país tem outras preocupações de segurança além da Ucrânia, e que as manobras foram realizadas dentro do que é previsto sob a lei internacional.

Para completar o cenário tenso, um alerta de aeronavegabilidade emitido pela Rússia sugere que o país vai testar um míssil com capacidade nuclear lançado por submarino no Ártico até o próximo dia 23.

Na semana passada, por sua vez, os EUA realizaram o Global Thunder 23, o jogo de guerra nuclear anual para testar a mobilização de suas forças estratégicas. Foi testado o emprego de 12 mísseis de cruzeiro AGM-86B em voo por um bombardeiro B-52 -- um poder de fogo equivalente a 120 bombas de Hiroshima.

Ainda no flanco oriental da Guerra Fria 2.0, EUA, Japão e Coreia do Sul fizeram também nesta segunda um exercício conjunto de defesa contra mísseis perto da costa da península coreana. Foi uma resposta direta à ditadura da Coreia do Norte, aliada algo mercurial tanto da Rússia quanto da China.